

REUNIDA EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

AMB aprova relatório de actividades e contas de 2021, Plano e Orçamento para 2022 e faz voto de louvor pelo seu desempenho da Direcção

Reunida, virtualmente, em Assembleia Geral Ordinária no dia 23 de Março do ano em curso, a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) apreciou e deliberou, positivamente, o relatório de actividades, balanço e contas da Direcção, relativos ao exercício de 2021, assim como apreciou e aprovou a proposta de orçamento de investimento e de funcionamento para o ano de 2022.

Durante Assembleia o Dr. Teotónio Comiche, Presidente em exercício fez uma resenha da evolução dos principais indicadores macroeconómicos nacionais e internacionais em dois mil e vinte e um e perspectivas globais para dois mil e vinte e dois.

Referindo-se às actividades mais relevantes da Associação, realizadas no ano de dois mil e vinte e um, o Presidente da Direcção destacou os trabalhos realizados com o Banco de Moçambique e com outras entidades nacionais e estrangeiras com interesse no sistema financeiro moçambicano, assim como o memorando de entendimento celebrado com a Procuradoria Geral da Republica, o Serviço Nacional de Investigação Criminal, o Banco de Moçambique, o Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique, operadores de telecomunicações, instituições de crédito e sociedades financeiras para a denuncia de fraudes electrónicas.

Em termos de perspectivas, a AMB irá continuar as actividades recorrentes como a



publicação da Pesquisa Bancaria, aprofundamento de contactos com a SADC Banking Association, dinamização de Grupos de Trabalho, implantação de um *web site* mais interactivo, entre outras actividades. No concernente às actividades não recorrentes, a AMB irá dinamizar a relação dos pontos focais com a PGR e participação na implementação da plataforma de denúncias de fraudes electrónicas e acompanhamento da

implementação do aplicativo da Euronet e projecto contactless numa perspectiva de contribuir melhor para o progresso técnico, económico e social da actividade bancária dos membros perante entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais e segurança do consumidor.

A Assembleia fez voto de louvor pelo desempenho da AMB no ano de 2022, sublinhando o seu contributo na prevenção

No final da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016 - 2022: Indicadores apontam resultados positivos

Dados sobre Indicadores Trimestrais de Inclusão Financeira referentes ao IV Trimestre de 2021 divulgados pelo Banco de Moçambique (BM) apontam que continua crescente o acesso aos serviços financeiros com destaque para a mulher e às zonas urbanas.

Segundo a fonte, por cada 10.000 km² estima-se 66.711 titulares de contas bancárias no IV Trimestre de 2021, dos quais 21542 mulheres e 42750 homens contra 64009 contas do igual

período de 2020, das quais 21273 mulheres e 40.368 homens, representando um crescimento global de 3,4 %. Relativamente a cartões bancários houve um crescimento igual 3.4 % passando de 39958 em 2020 para 41380 em 2021 sendo homens 13598 e mulheres 23.503.

Em relação às contas de Instituições de Moeda Electrónica, destaca-se as zonas urbanas que registaram um crescimento de 23,7 %, por 10.000 Km², no IV Trimestre de 2021

passando de 135.528 para 177750 no período homólogo de 2021.

Outros indicadores que tiveram crescimento significativo no período em análise são Agentes das Instituições de Moeda Electrónica 26,5 %, Agências Bancárias 8,5 % e Agentes Bancários 5 % e os distritos cobertos por Agências Bancárias passaram de 127 para 128.

Parcerias fortalecem o papel da AMB

A missão da AMB é promoção e prática de actos que contribuem para o progresso técnico, económico e social da actividade bancária dos membros perante entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais e segurança do consumidor. Para o efeito, a AMB, entre outras acções, privilegia a parceria com outras associações empresariais, nacionais e estrangeiras.

É neste quadro que a AMB tem estabelecido parcerias com várias instituições de domínio legislativo, comercial, formação, etc. por exemplo, a AMB é interlocutor na intermediação entre a banca comercial, Banco Central e outros intervenientes no sistema financeiro nacional, assim como na solução de problemas económicos e financeiros para contribuir no desenvolvimento económico acelerado e inclusivo.

No sector empresarial moçambicano destaca-se a parceira com a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) assegurando, através dos quadros da banca, o Pelouro de Política e Serviços Financeiros (PPSF) que tem como objectivos, liderar o Diálogo Público Privado em todas as matérias ligadas a política financeira e serviços financeiros, promover debates e reflexões sobre inovações financeiras e política monetária e cambial, prestar assessoria técnica aos pelouros dos outros

sectores, membros da CTA e o sector empresarial no geral, sobre matérias ligadas a serviços financeiros e política monetária e cambial. Para a operacionalização destes objectivos, o Banco de Moçambique (BM) é o ponto focal por intermédio do Pelouro de Estabilidade Monetária.

Ainda no domínio empresarial, a AMB tem parceria com a Câmara do Comércio de Moçambique (CCM) que é uma instituição que actua na área de promoção de negócios, virada para fazer parceria no desenvolvimento do sector empresarial privado nacional.

A AMB tem parceria com a Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), com o Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM) para troca e partilha de informações de natureza científica, com o Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP) e com o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME), que através de bancos subscritores canalizam o

fundo aos destinatários.

No que tange à preocupação na defesa do consumidor, participamos na concepção e lançamento da Plataforma de Denúncia de Fraudes com Recurso a Redes de Telecomunicações ou Meios de pagamento Electrónico, que resultou de uma cooperação e colaboração institucional exemplar, dos órgãos de justiça e operadores do sistema de pagamento nacional.

Para a implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, a AMB trabalha com a GIZ, Agência de Desenvolvimento da Cooperação Alemã que presta assessoria neste domínio, sobretudo para as finanças rurais.

A nível internacional a AMB é membro da Associação dos Bancos dos Países da SADC.

Estes esforços de parceria têm resultado na concretização dos objectivos da AMB e elevando a sua capacidade interventiva na solução dos problemas económicos e financeiros dos cidadãos e da economia

Moçambique celebra Semana Internacional do Dinheiro

No âmbito das celebrações da “Semana Internacional do Dinheiro”, evento anual de carácter global, o Banco de Moçambique (BM) realizou, em todo o país várias actividades alusivas ao evento durante o período de 21 a 25 de Março de 2022, sendo a cidade da Beira que acomodou as cerimónias centrais.

Sob tema “Construa o seu futuro: use o seu dinheiro de forma inteligente!” e slogan “Aprende. Poupa. Ganha”, a cerebração da Semana Internacional do Dinheiro teve como objectivo incentivar e capacitar as crianças e jovens em matérias de gestão financeira pessoal e empreendedorismo.

No âmbito das cerimónias centrais, tiveram lugar diversas actividades tais como palestras de educação financeira, feiras educativas e concursos diversos, envolvendo crianças e jovens de algumas escolas da cidade da Beira.



Lançada Plataforma de Denúncia de Fraudes com recurso a Redes de Telecomunicações ou meios de Pagamento Electrónico

Foi lançada, hoje, dia 24 de Fevereiro, na Cidade de Maputo, a Plataforma de Denúncia de Fraudes com Recurso a Redes de Telecomunicações ou Meios de pagamento Electrónico, que resultou de uma cooperação e colaboração institucional exemplar, dos órgãos de justiça e operadores do sistema de pagamento nacional.

Quem nunca recebeu uma mensagem com o teor, “o dinheiro manda neste número”? As situações de extorsão de valores através de contas bancárias, bem como de contas de moeda electrónica têm sido, de facto, recorrentes.

E face a estas situações, a PGR, INCM, empresas operadoras de telefonia móvel, SERNIC e a AMB lançaram uma plataforma *online* através da qual os lesados poderão fazer denúncias para investigar e responsabilizar os burladores.

Na sua intervenção, a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, disse que a nova plataforma visa estabelecer um mecanismo de cooperação e colaboração interinstitucional para o combate a fraudes.

“Para nós, Ministério Público, esta actividade é a operacionalização do comando constitucional e legal de acesso à justiça a favor do cidadão, lado a lado com as linhas verdes de atendimento ao público”, disse Buchili.

Para o director-geral do SERNIC, Nelson Vicente, a nova plataforma constitui um



Momento de intervenção do Dr. Teotónio Comiche, na Procuradoria Geral da República, durante a cerimónia de lançamento da Plataforma de Denúncia de Fraudes com Recurso a Redes de Telecomunicações ou Meios de pagamento Electrónico,

desafio para a instituição e exige a adopção de meios técnicos modernos e métodos científicos capazes de auxiliar a investigação criminal no país.

“Por isso, aguardamos que, com a implementação efectiva deste memorando

através de uma rápida e pontual partilha de informações, estejam criadas as condições para uma investigação e instrução célere de processos-crimes relativos ao uso ilícito de redes de telecomunicações ou meios de pagamento electrónico que concorrem para a prática do crime organizado”, afirmou Nelson Vicente.

Por seu turno, o Presidente da Direcção da AMB, Teotónio Comiche disse tratar-se de um canal de internet que se colocou a disposição dos clientes e utilizadores do sistema nacional de pagamento com o qual e com recurso às tecnologias de informação e comunicação, pretende-se reduzir o tempo da ocorrência da suspeita da fraude e o da sua denúncia.

A plataforma resultou de articulação interinstitucional entre os diversos intervenientes que assinaram um Memorando de Entendimento, nomeadamente, a Procuradoria Geral da República, o Serviço Nacional de Investigação Criminal, o Banco de Moçambique, o Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique, operadores de telecomunicações, instituições de crédito e sociedades financeiras.



Inflação anual reduz para 6,84% em Fevereiro de 2022



A redução da inflação anual em Fevereiro de 2022 reflectiu o comportamento favorável dos preços dos alimentos, das bebidas alcoólicas e dos serviços de restaurantes.

As cidades de Maputo, Beira e Nampula, quando comparados com o mês anterior indicam que o país registou um aumento na ordem dos 0,44% em Fevereiro, segundo indica o Instituto Nacional de Estatística. A divisão de Alimentação e bebidas não alcoólicas foi a de maior destaque, ao contribuir no total da variação mensal com cerca de 0,38 pontos percentuais (pp) positivos.

No entanto, em relação a variação mensal por produto, importa destacar o aumento dos preços do tomate (15,3%), da cebola (6,4%), do peixe fresco (1,9%), dos materiais diversos para manutenção e reparação da habitação (3,0%), da alface (9,3%), da couve (4,2%) e do óleo alimentar (1,1%). Estes contribuíram no total da variação mensal com cerca de 0,66pp ize positivos. Contudo, alguns produtos com destaque para a galinha viva (7,4%), o coco (7,2%), o peixe seco (3,0%), o camarão fresco (6,7%), o limão (18,5%), o carapau (0,5%) e as refeições em restaurantes (0,2%), contrariaram a tendência de aumento, ao contribuírem com cerca de 0,29pp negativos.

Banco de Moçambique aumenta a Taxa de Juro de Política Monetária em 200 pb, para 15,25



O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM) decidiu, no dia 30 de Março último, manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 15,25. Esta decisão é sustentada pela substancial revisão em alta das perspectivas de inflação para o curto e médio prazo, a reflectir a materialização e agravamento de alguns riscos, com destaque para a escalada do conflito geopolítico na Europa e a ocorrência de desastres naturais na região centro e norte do país.

De acordo com o Comunicado do BM, o aumento da taxa MIMO visa manter o controlo da inflação no curto e médio prazo, de modo a permitir o início de um processo gradual de transação para taxas de juro de dígito no médio e longo prazo, num contexto de retoma do programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e de execução dos projectos de gás natural.

Para o BM, as perspectivas de inflação para o curto e médio prazo foram revistas em alta. As projecções apontam para uma aceleração de inflação geral e subjacente, no curto e médio prazo, a reflectir, principalmente, o efeito directo e indirecto do aumento dos preços ndos combustíveis e dos produtos alimentares, bem assim o impacto dos desastres naturais que têm estado a assolar o país, não obstante a estabilidade do Metical. Em Fevereiro de 2022, a inflação anual fixou-se em 6,8 por cento.

AMB e GIZ apresentam estudo sobre Financiamento à Agricultura

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) e o Programa ProEcon da GIZ, Agência de Desenvolvimento da Cooperação Alemã promoveram, no dia 02 de Março corrente, uma reunião virtual com os bancos comerciais para apresentação do estudo: “Financiamento da Agricultura através de Bancos Comerciais

em Moçambique: Abordagens, Constrangimentos, Recomendações Actuais e Estudos de Caso ao Nível Internacional”.

Houve uma participação da maioria dos associados da AMB, incluindo departamentos de marketing e agronegócios. O inteires foi levantado sobre a questão da difusão de seguros ao sector agrícola, esforços

regulamentares e prudenciais que foram feitos em outros países para melhor as condições macroeconómicas, assim da continuação do estudo através dos esforços da AMB e do novo projecto CIFAM (Coordenação Intersectorial de Mecanismos para o Financiamento ao Sector Agrícola em Moçambique) da GIZ em parceria com o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Economia Mundial e Nacional com crescimento modesto em 2021

Em 2021 as economias mundial e nacional recentiram os efeitos da pandemia da Covid-19 tendo ambas tido um crescimento modesto.

Segundo a análise económica efectuada pela AMB e apresentada à Assembleia Geral Ordinária, citando o World Economic Outlook, publicado pelo Fundo Monetário Internacional, estima-se que a economia mundial registou um crescimento anual de 5,9% em 2021. Esta recuperação é explicada essencialmente pelo avanço satisfatório do programa de vacinação contra Covid-19 à escala global, alívio das medidas restritivas para conter a propagação do vírus, implementação de pacotes de estímulos fiscais, e recuperação gradual da demanda mundial. Para 2022, espera-se um crescimento moderado de 4,9%. Não obstante, prevalecem riscos e incertezas com impactos significativos na trajectória da expansão económica, tais como o surgimento de novas variantes da Covid-19, volatilidades nos preços das matérias-primas e nos mercados financeiros, ropturas nas cadeias de fornecimentos, entre outros.

Estima-se que a África Subsaariana registou um crescimento económico de 3,7% em 2021, e projecta-se uma evolução de 3,8% em 2022. Esta projecção é condicionada pelas tensões político-militar em algumas regiões, choques climáticos adversos, procura e preços das commodities, assim como as condições financeiras globais.



Economia Nacional

Produto Interno Bruto A economia doméstica tem registado um desempenho satisfatório num contexto de crise sanitária gerada pela Covid-19 e instabilidade militar nas zonas centro e norte do país. No terceiro trimestre de 2021, observou-se um crescimento de 3,4%, após 2,0% registado no trimestre anterior. Esta expansão foi influenciada positivamente por quase todos sectores económico, com destaque para Hotelaria e restauração (5,1%), Indústria Extractiva (5,0%) e Agricultura

(4,9%).

Segundo o Plano Económico Social (PES), projecta-se um crescimento da economia nacional na ordem de 2,9% em 2022, influenciado pelo desempenho positivo dos sectores de Extracção Mineira (4,1%), Educação (3,0%), Administração Pública (3,5%), Transportes e Comunicações (2,0%), Pescas (1,5%), Agricultura (4,7%) e Saúde e Acção Social (8,6%). 3.2.2 Taxa de Inflação Em 2021, registou-se uma taxa de inflação de 6,7% em termos homólogos, representando um aumento de 3,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior. No mesmo sentido, a inflação média anual atingiu 5,7%, correspondente a um incremento de 2,55 pontos percentuais face ao ano anterior. A aceleração do nível geral de preços foi impulsionada pela divisão de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (3,2pp), restaurantes, hotéis, cafés e similares (0,9pp), Transportes (0,9pp), habitação, água, electricidade, gás (0,9pp), vestuário e calçado (0,3pp), Mobiliário, artigo de decoração (0,3), entre outros. Analisando as três cidades que servem de referência no que tange a variação de preços no país, nota-se que a cidade de Maputo teve a maior subida do nível geral de preços com cerca de 7,30%, seguida da cidade de Nampula com 7,27% e por fim cidade da Beira com 4,41%.



Equipa técnica do FMI e Governo chegam a acordo de crédito de até USD 470 milhões



Uma equipa técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) chegou a um novo acordo de financiamento com o Governo para o período de 2022 a 2025. O acordo, que ainda deve ser aprovado pela administração do FMI, prevê um financiamento de até 470 milhões de dólares.

Segundo um comunicado publicado no dia 29 de Março na página electrónica do Fundo Monetário Internacional, o acordo da equipa técnica está, também, sujeito ao endosso do Conselho Executivo da instituição financeira, que poderá acontecer nas próximas semanas.

É um entendimento que surge após duas reuniões virtuais com o Governo, em Janeiro e

Fevereiro, e uma terceira, presencial, em Maputo, entre os dias 14 e 22 de Março. A equipa técnica do Fundo Monetário Internacional era liderada por Álvaro Piris.

No fim da missão, a equipa técnica do FMI emitiu uma declaração afirmando que “chegou a um acordo técnico com as autoridades de Moçambique sobre um programa de três anos, no âmbito do Acordo de Extensão da Facilidade de Crédito, no valor de cerca de 341 milhões de dólares em Direitos Especiais de Saque ou 470 milhões de dólares”.

“As medidas acordadas incluem uma série de reformas na administração fiscal e na política de IVA. Do lado da despesa, a reforma da massa salarial, recentemente aprovada, irá, ao

longo do tempo, reduzir a pressão sobre as finanças públicas de remunerar os funcionários públicos e conduzir a uma convergência da massa salarial, em relação ao PIB, para níveis médios observados na região mais alargada”, refere a nota de imprensa.

Segundo o documento da equipa técnica do FMI, “o programa visa manter o ritmo das reformas estruturais para melhorar a gestão dos recursos fiscais. Um passo importante será a aprovação de uma lei de fundos soberanos, garantindo um quadro institucional forte para gerir a riqueza dos recursos naturais, centrado, inicialmente, no Gás Natural Liquefeito”.

Na área da governação, a equipa técnica do Fundo refere que “a publicação do relatório de auditoria, a submissão ao Parlamento de alterações à Lei de Probidade Pública e legislação sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo são elementos fundamentais do programa do Governo”.

O programa, segundo os técnicos, aborda, também, a transparência na gestão da dívida e no sector de recursos naturais, áreas-chave identificadas no Relatório de Diagnóstico de 2019 sobre Transparência, Governança e Corrupção, preparado pelo Governo com apoio do FMI.

A missão técnica do FMI manteve encontros com várias personalidades, como o Primeiro-Ministro, Adriano Maleiane, o ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, o governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, o ministro dos Recursos Naturais e Energia, Carlos Zacarias, a ministra do Género, Criança e Acção Social, Nyeleti Mondlane e o sector privado.

Legislação em foco

Circular N° 01/EFI/2022, de 24 Março, Informação sobre estatísticas de Crédito e Depósitos.

Através desta Circular, o Banco de Moçambique estabeleceu o modelo de mapas que devem ser submetidos por todas as instituições de crédito, como um mecanismo uniforme para a submissão de informação sobre estatísticas de crédito e de depósitos, bem como de cálculo dos indicadores e índices de inclusão financeira até ao nível distrital.

Lei de revisão da Lei n° 14/2013, de 12 de Agosto, sobre a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 29 de Março último, a proposta de lei que reforça o mecanismo de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

A lei estabelece o regime jurídico e as medidas de prevenção e repressão em relação a utilização do sistema financeiro e das entidades não financeiras para efeitos de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de destruição em massas.

Membros Associados

